

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

Indignação e Desalento

O Presidente José Sarney amanhece hoje no Rio de Janeiro. Tem, portanto, uma oportunidade excepcional de sentir o pulso da indignação moral que percorre toda a Nação e, por não ser admitida em Brasília, explode na antiga Capital da República. O Rio acolhe e irradia a carga de desilusão que é o lastro de uma República esvaziada em sua viagem inaugural.

Tudo que não lhe é dado avaliar corretamente de Brasília, o Presidente terá oportunidade de colher nos semblantes preocupados dos brasileiros. Uma população de ombros caídos, enfiada em preocupações crescentes, caminha olhando para o chão pelo medo de levantar os olhos para as dificuldades que a preocupam quanto ao futuro imediato.

É este o retrato do brasileiro, atemorizado por um Brasil que se recusa a admitir como real. O começo do novo semestre mantém a impressão de um ano vazio de significado pessoal ou coletivo. A segunda metade de 1985 é a projeção do vácuo que impediu qualquer resultado à primeira. Quem vai arrancar o Brasil do desalento? As últimas reservas de civismo estão sendo consumidas pela recusa coletiva em acreditar no desmoronamento da estrutura moral em que se sustentam as nações nos seus momentos mais graves.

A apuração de um episódio criminal do fim do ano passado em Brasília põe diante da Nação a denúncia feita pelos executantes: agiram no cumprimento de ordens superiores. Dois ex-cabos do Exército mataram um jornalista a mando do antigo chefe da Coordenação de Polícia Especializada e do antigo Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

Antes de formar juízos de valor sobre a denúncia, a opinião pública é assaltada pelo espanto de tão fácil alegação em depoimento oficial. Não é propriamente a veracidade da denúncia que escandaliza, mas a confusão moral que se estabeleceu a partir da promiscuidade entre subordinados e superiores, nas anômalas relações hierárquicas possibilitadas pelo autoritarismo. Independente de ser ou não confirmável, para no soturno episódio da morte por enforcamento uma verossimilhança que o antigo regime propiciou em sua degradação, e que a Nova República não está sendo capaz de conter em seus efeitos perniciosos.

Tudo que está vindo a público aos borbotões é um pesadelo nacional: a seqüência de escândalos arreventa uma rede de esgotos incapaz de escoar o passado sem contaminar o presente. Brasília, cada vez mais distante do país real, mostra tibieza para gerir o país ideal: a qualidade democrática se revela retórica, e o Governo se protege com uma crosta de insensibilidade diante do perigo, porque os relatórios oficiais só falam de um país inexistente em fictícia normalidade. Brasília é a capital de um país aparente.

A fisionomia da sociedade reflete noites indormidas de preocupação e dias de desalento. O Governo é expressão retórica, mas sem fundamento parlamentar para tomar decisões: vocaliza, não decide em nome da Nova República. A burocracia não processa as opções: confunde os dados em contradição e sufoca o Governo em perplexidade. Não adianta ao Executivo desconhecer a inexistência da sua base de apoio parlamentar e retardar indefinidamente o pacto de sustentação política,

que só os Governadores dos Estados lhe podem oferecer, a partir do momento em que a Aliança Democrática se perde e os partidos se desagregam diante de simples eleições para Prefeitos das capitais.

A opinião pública não consegue dissociar os aspectos da crise institucional, os reflexos políticos da rebeldia parlamentar e a crise moral que se propaga em ondas sucessivas de escândalos. Para ela, tudo é sintoma de governo indeciso. Não há cidadão que possa preservar a confiança diante de um episódio em que o Governador de um Estado, numa operação ilegal, mantém uma conversa toda ela transcrita em termos de corrupção. Não há como defender-se uma administração que contrapõe a uma chantagem o recurso ilegal do mesmo naipe moral. Uma prova de corrupção não anula outra: as duas faces da moeda têm o mesmo desvalor e contaminam as relações entre governantes e governados.

Para onde quer que se volte, à procura de socorro, a sociedade sente-se prisioneira da fatalidade. Do Congresso ficou, no primeiro semestre, a última e definitiva lembrança da fraude na única votação nominal: o flagrante do voto indébito estarreceu a Nação mas não comoveu os deputados. Quando a convivência é a tônica da moral de uma instituição política, a Nação tem o direito de se sentir ameaçada em todas as suas convicções. Em caso de necessidade, que autoridade moral poderá ter o Congresso para tomar decisões graves? Nenhuma. O Governo sabe que não pode contar com o Congresso e a nação também sabe. A diferença é que o Governo finge que não percebe ou se ilude em que haverá a recuperação espontânea, e a sociedade sabe que não. "Para me defender — desculpa-se o Governador do Pará — tenho que utilizar métodos, até certo ponto, de moral duvidosa". Até certo ponto é pouco. É tão inaceitável o método quanto a situação que o levou a isto e que não o isenta da suspeita anterior à extorsão. O Governo do Pará não deve ressalva moral e, sim, uma explicação sobre a denúncia que o atingiu. O episódio é de uma gravidade alarmante pela promiscuidade que se revela acintosamente desde antes da gravação.

Contra esse quadro generalizado, em que diariamente policiais confessam participação em crimes e envolvem superiores, ou em que governantes se cobrem de suspeitas, a perplexidade econômica e política do Governo é um dado desalentador. Diante da apuração interminável das conexões entre órgãos de segurança, delinea-se uma extensa malha de convivências e oficiais das Forças Armadas — a reserva moral e legal da Nação — vão sendo respingados por tudo que não se escoia naturalmente como detrito do regime.

Nada do que se vê e se deplora é o Brasil que conta para a História. Tudo que vem a tona é matéria de um pesadelo autoritário e se torna insuportável porque o despertar democrático, até agora, vem sendo a continuação da mesma insônia, povoada de visões aterradoras.

O Presidente Sarney acorda hoje no Rio sem o condicionamento oficial de Brasília. Esperam os brasileiros que ele possa ver o que os relatórios burocráticos lhe escondem, e se disponha a ter a iniciativa de decisões que o Brasil espera, e não que os fatos decidam por ele. Os fatos acabam decidindo contra a Nação.